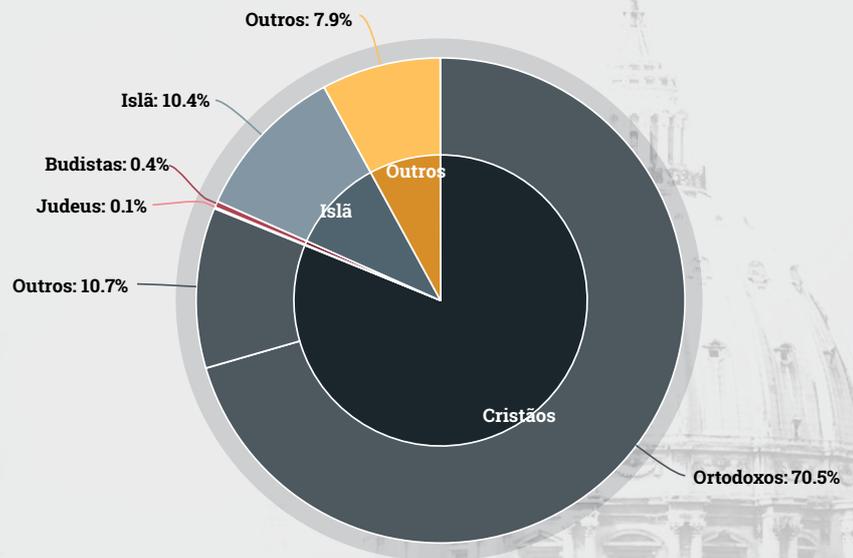


Rússia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

A Constituição de 12 de dezembro de 1993 declara que a Rússia é um estado não confessional e garante a liberdade religiosa. Afirma igualmente que cada pessoa é livre de professar a religião da sua escolha, desde que isso não interfira com a ordem pública. De acordo com a Lei da Liberdade de Consciência e Associações Religiosas de 2007, o Estado apenas reconhece o Cristianismo Ortodoxo Oriental, o Judaísmo, o Islamismo e o Budismo como “religiões tradicionais” da Rússia. Embora isto passe por cima do papel histórico da Igreja Católica e das comunidades protestantes na Rússia desde o séc. XVI e dê à Igreja Ortodoxa Russa uma posição de acesso privilegiado às autoridades públicas, as Igrejas Católica e Luterana gozam quase do mesmo estatuto total de reconhecimento, recebendo assim quase o mesmo apoio estatal que as religiões consideradas “tradicionais”.

A Lei da Liberdade de Consciência e Associação^[1] de 1997 torna obrigatório o registo^[2] e estabelece três categorias

[1] Ver <http://www2.stetson.edu/~psteeves/relnews/freedomofconscienceeng.html>.

[2] Apesar da decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de que a norma russa existente há mais de quinze anos viola a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, continua a ser recusado o registo à Igreja da Cientologia de São Petersburgo (2011), à Comunidade das Testemunhas de Jeová (2010) e a uma paróquia católica arménia em Moscovo (2010). O Exército de Salvação teve de litigar até ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos antes de poder voltar a registar-se em 2009. A falta de registo tem consequências. Em Setembro de 2012, a polícia presidiu à destruição da Igreja Pentecostal

alargadas de comunidades religiosas: “grupos religiosos”, “organizações religiosas locais” e “organizações religiosas centralizadas”.

A cada uma destas categorias aplica-se um estatuto jurídico e privilégios diferentes. Os “grupos religiosos” podem realizar rituais religiosos, realizar serviços de culto e ensinar doutrina religiosa. No entanto, não se podem registrar junto do Governo e por isso não têm estatuto legal. Como tal, não podem abrir contas bancárias, comprar ou arrendar edifícios, gozar de benefícios fiscais ou publicar literatura. Para que um “grupo religioso” possa tornar-se numa “organização religiosa local”, deve ter existido na sua categoria inicial há pelo menos quinze anos. As “organizações religiosas locais” são obrigadas a ter pelo menos dez pessoas com mais de 18 anos a viverem permanentemente numa determinada área. Estas são entidades registradas a nível federal e local, e é-lhes por isso concedido o direito a privilégios e benefícios que não estão disponíveis para os “grupos religiosos”.

A terceira categoria permite a criação de “organizações religiosas centralizadas” ao unir pelo menos três “organizações religiosas locais”. Além dos privilégios e benefícios concedidos às “organizações religiosas locais”, são autorizadas a formar outras “organizações religiosas locais” sem terem que passar pelo período de espera de quinze anos. Além disso, quando uma “organização central” existe há mais de cinquenta anos, pode usar a palavra Rússia ou russo no seu título oficial.

da Santíssima Trindade, perto de Moscovo, que não estava registrada. Alegadamente, os Pentecostais estavam a tentar registar a Igreja há mais de quinze anos.

Por causa da Lei do Combate à Atividade Extremista de 2002,^[3] qualquer discurso religioso, literatura ou atividades religiosas que afirmem a superioridade, inferioridade ou exclusividade de qualquer cidadão em relação à religião ficam sujeitos a um processo criminal. A lei também criou uma lista nacional de materiais extremistas proibidos.

Qualquer tribunal, seja local, regional ou federal, pode acrescentar materiais à lista federal, o que transforma a proibição de um item particular numa determinada jurisdição em razão para a sua interdição em todo o país. Por exemplo, em Março de 2015, a directora de uma biblioteca de aldeia foi multada por ter na seção de religião da sua biblioteca três livros que tinham sido proibidos por um tribunal distrital em Vladivostok uns anos antes.

A lei não prevê disposições para reverter a proibição desses materiais depois de terem entrado na lista, embora o Governo tenha retirado a proibição a vários títulos em 2015 depois de apelos por parte de autores e editores.

Em 2006, a Duma expandiu a Lei do Extremismo para incluir atos não violentos de desobediência civil como atividade extremista.^[4] A lei define agora atividade extremista como “incitamento a inimizade racial, nacionalista ou religiosa e também a inimizade social”. A imprecisão desta definição deixa a porta aberta para que as autoridades categorizem qualquer ensinamento religioso que contradigam os das “religiões tradicionais” como “incitamento a inimizade religiosa”.^[5]

Em 2012, a Comissão de Veneza^[6] publicou um documento em que afirma que a sua visão sobre a Lei do Extremismo de 2002 na Rússia ficou aquém em diversas áreas:^[7] definições vagas de violência que podem convidar ao abuso e à aplicação arbitrária; procedimentos arbitrários e sanções duras que violem o direito à liberdade religiosa ou de crença e à liberdade de expressão; e falta de uma abordagem precisa, proporcionada e coerente exigida pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A comissão apelou a que a Federação Russa alterasse a lei para a alinhar com os padrões internacionais.

A Lei do Extremismo também foi usada para processar indivíduos e grupos religiosos considerados como ameaças à segurança, frequentemente com justificação insuficiente.

[3] O texto completo da lei pode ser encontrado em: <http://www.rg.ru/2002/07/30/extremizm-dok.html>.

[4] Para uma análise mais detalhada das alterações de 2006 e das possíveis razões para preocupação, ver os dois primeiros artigos na página <http://halldor2.wordpress.com/2006/07/03/>.

[5] “Jehovah’s Witnesses Victims of a New Harassment Campaign in Russia” Associação Europeia de Testemunhas de Jeová Cristãs, página 8, abril de 2009.

[6] A Comissão Europeia para a Democracia através da Lei, mais conhecida como Comissão de Veneza por se reunir naquela cidade, é um órgão consultivo do Conselho da Europa sobre assuntos constitucionais: <http://www.coe.int/en/web/portal/home>.

[7] Ver “Venice Commission Opinion on Russian Extremism Law: Comments by Human Rights Without Frontiers” em <http://www.hrwf.org/images/forbnews/2012/Russia%202012.pdf>.

O artigo 282º do Código Penal relativo às “ações dirigidas ao incitamento à inimizade nacional, racial ou religiosa” implica penas pesadas para indivíduos e grupos que tenham sido considerados extremistas. No âmbito do artigo 212.1, os indivíduos podem ser processados por “infracção repetida do estabelecimento de procedimentos para organizar ou orientar um encontro, reunião, manifestação, procissão ou piquete”.

O Código de Infrações Administrativas endurece igualmente as restrições sobre grupos alegadamente extremistas. Por exemplo, o artigo 20.2, parte 1, pune as violações de procedimentos por organizar reuniões e encontros. O artigo 20.29 foi acrescentado em 2007 para penalizar a produção ou distribuição de “materiais extremistas” através da confiscação desses materiais, de multas proibitivas e detenção.

INCIDENTES

As religiões tradicionais – ortodoxos, judeus, muçulmanos e budistas – e as comunidades católica e luterana que têm grande reconhecimento estatal mesmo que não total, não relatam casos de discriminação e por isso gozam de liberdade religiosa. Contudo, membros de “religiões não tradicionais” como as Testemunhas de Jeová, as Igrejas domésticas evangélicas e os leitores muçulmanos do teólogo turco Said Nursi estão sujeitos a violações da liberdade religiosa.

A estrutura legal da Rússia vigilante para com o extremismo pode ser atribuída em parte ao conflito na Chechênia durante a década de noventa. Tropas do Governo combateram grupos nacionalistas e islamitas chechenos, numa luta sangrenta pela independência que resultou em milhares de mortos. Além disso, a ameaça do jihadismo islamita à escala global também levou a uma maior monitoria e supressão da população muçulmana na Rússia.^[8]

Em 2015, sete testemunhas de Jeová foram consideradas culpadas de “extremismo” pelo tribunal da cidade de Taganrog por continuarem se reunindo para rezar e estudar a Bíblia. Quatro das sete receberam penas suspensas de prisão de pelo menos cinco anos.

Em maio de 2016, o principal órgão das Testemunhas de Jeová na Rússia foi oficialmente avisado pelo Gabinete do procurador-geral que poderia ser dissolvido como consequência das suas atividades “extremistas”. Há milhares de congregações de Testemunhas de Jeová em todo o país. Esta seria a primeira vez que uma “organização religiosa centralizada” seria liquidada por motivo de “extremismo”.^[9]

Posse de literatura ou outros materiais que tenham sido proibidos pelo Governo por causa do seu conteúdo extremista: as

[8] “Religious Freedom Issues Timeline, Russia”. Direitos Humanos Sem Fronteiras Internacional, 2016.

[9] http://www.forum18.org/Archive.php?article_id=1724.

Testemunhas de Jeová e os seguidores de Said Nursi são alvos especiais por possuírem literatura proibida. Em 2015, ocorreram inspeções a quatro salões de testemunhas de Jeová em diferentes cidades, numa operação coordenada. Não foram encontrados nas instalações qualquer item proibido. Mas a polícia confiscou um sistema de som, leitores de CD e gravações de música religiosa usada durante os serviços religiosos.

Em janeiro de 2016, um serviço de culto das Testemunhas de Jeová foi interrompido em Birobidzhan pela polícia e pelas forças de segurança que queriam fazer buscas nas instalações. Cerca de 150 pessoas estavam nas instalações nessa altura. Foi descoberto um pacote que continha itens de uma lista federal de literatura extremista. Alguns dos presentes nesse dia afirmam que o pacote foi lá colocado.^[10]

Em março de 2015, a comunidade de Testemunhas de Jeová em Abinsk foi dissolvida pelo tribunal regional de Krasnodar por motivo de extremismo.^[11]

Em fevereiro de 2015, três leitores de Said Nursi – Bagir Kazikhanov, Stepan Kudryashov e Aleksandr Melentyev – foram condenados por atividade extremista pelo tribunal distrital Lenine de Ulyanovsk. Considerou-se que os homens reuniam regularmente em “encontros conspirativos”^[12] Processos por reuniões públicas e manifestações públicas da religião sem autorização estatal: em 2014, o pastor protestante Aleksei Kolyasnikov foi multado em 30 mil rublos pelo tribunal regional de Krasnodar por orientar uma sessão de estudo da Bíblia para o seu grupo cristão não registrado num café de Sochi. O grupo reunia regularmente nas tardes de domingo para rezar e estudar a Bíblia em conjunto. O pastor foi considerado culpado de violar o artigo 212.1 do Código Penal, que penaliza o “procedimento estabelecido para organizar ou orientar um encontro, reunião, manifestação, procissão ou bloqueio”.

Da mesma forma, outros grupos religiosos foram multados por exercerem a sua liberdade de reunião e por expressarem a sua fé. Em março de 2015, um tribunal distrital em Rostov-on-Don considerou duas testemunhas de Jeová culpadas de cometerem uma violação administrativa (artigo 20.2) por não seguirem “o procedimento estabelecido” para realizar um evento público.^[13] Em maio de 2015, oito batistas foram multados no centro da Crimeia por realizarem uma reunião religiosa no exterior.^[14]

[10] Este incidente foi relatado em <http://www2.stetson.edu/~psteeves/relnews/160205b.html> a 5 de Fevereiro de 2016.

[11] Informação relatada pela primeira vez a 28 de Agosto de 2015, por Victoria Arnold do Fórum 18, disponível em http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2095&layout_type=mobile.

[12] Mais informação sobre este caso pode ser acedida em http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2066&layout_type=mobile. Informação adicional pode ser encontrada em http://www.hrw.org/images/forbnews/2015/Russia_2015.pdf.

[13] Os pormenores iniciais foram divulgados em <http://www2.stetson.edu/~psteeves/relnews/150520a.html>, estando disponível mais informação em http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2179.

[14] Até à data, a informação sobre este incidente pode ser obtida em http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2137.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Independentemente dos desafios, há sinais de esperança, nomeadamente com o encontro histórico e sem precedentes em fevereiro de 2016 entre o Papa Francisco e o Patriarca Ortodoxo Russo Kirill em Cuba. O documento conjunto de trinta pontos assinado pelos dois líderes religiosos, a primeira declaração deste tipo, foi um passo significativo na abertura de possibilidades para uma cooperação mais próxima entre as Igrejas, tanto dentro como fora da Rússia. De referir as posições comuns assumidas em relação à defesa dos valores cristãos e da instituição da família na Europa, à defesa dos cristãos perseguidos no Oriente Médio e no norte da África, e ao compromisso para com a paz no mundo.

No entanto, persistem as dificuldades para as minorias religiosas que procuram legitimidade na Rússia. Continua havendo inspeções policiais a casas e locais de culto. Os membros das minorias religiosas estão em especial risco de serem alvo de ações judiciais no âmbito do artigo 20.2 do Código Administrativo. Em relação a estes processos, muitos deram origem a multas, detenções de curta duração, serviço comunitário e termos de prisão de mais longa duração. Relativamente poucos réus foram absolvidos.

Em 2012, o Parlamento da Rússia adotou uma lei que obrigava todas as ONG's a registarem-se como “agentes estrangeiros” junto do Ministério da Justiça caso se envolvessem em “atividade política” e recebessem financiamento estrangeiro. Até junho de 2014, o Ministério da Justiça tinha classificado 126 grupos como “agentes estrangeiros” e muitos tinham sido fechados na sequência disso.^[15] Este desenvolvimento também afetou as minorias religiosas do país, pois a expressão “atividade política” é tão vaga que pode até ser aplicada às atividades religiosas. Em 2015, o Ministério da Justiça russo elaborou uma proposta de lei que obrigava os grupos religiosos que recebem apoios do estrangeiro a apresentar relatórios detalhados das suas atividades e informação pessoal sobre os seus membros que desempenham funções de liderança.^[16] A proposta de lei foi aprovada na primeira instância e aguarda mais medidas por parte da legislatura.^[17]

A paisagem religiosa na Rússia é complexa, forjada num vasto território, com uma grande variedade de grupos étnicos e diversas culturas, ao mesmo tempo que procura ultrapassar o passado soviético no qual ocorreram graves perseguições aos cristãos. Estão também aumentando os receios por causa do crescimento da radicalização islâmica entre certas partes das populações muçulmanas no norte do Cáucaso. Embora a situação da liberdade religiosa na Rússia esteja melhorando, ainda há obstáculos legais rígidos que confrontam os grupos religiosos minoritários à medida que o Estado aprende a lidar com novos grupos religiosos.

[forum18.org/archive.php?article_id=2137](http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2137).

[15] <https://www.hrw.org/russia-government-against-rights-groups-battle-chronicle>

[16] <https://www.rt.com/politics/249541-russia-religion-foreign-rules/>

[17] <http://www.refworld.org/docid/55fbb189a.html>